

A DESCONSTRUÇÃO DO PAPEL DE TIA PARA VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE

Mariana Borges Martins*
Terezinha Richartz**

RESUMO

Atualmente as professoras vêm enfrentam uma constante luta em busca pelo reconhecimento de sua profissão devido a existência de alguns obstáculos que enfrentam diariamente, principalmente, no que se refere à transformação do seu real papel de professora em papel de tia, o que justifica a desvalorização da sua identidade profissional. Mulheres e homens tiveram seus comportamentos determinados pelas imposições culturais e sociais da sociedade patriarcal, o que sempre colocou a mulher em uma posição inferior frente ao homem. No entanto, as imposições da sociedade patriarcal para com as mulheres fazem-se presentes em sua vida, ainda nos dias de hoje, refletindo no cotidiano escolar. Por isso, o objetivo deste artigo é discutir a importância de entender o papel real do docente, bem como a valorização de sua identidade profissional, além de apontar as causas que influenciaram na utilização da ideia de tia no lugar de professora, o que fez com que as funções maternas fossem confundidas com a função docente. A metodologia utilizada é o estudo bibliográfico fundamentado em artigos científicos e livros. Os resultados apontam que cabe às professoras imporem sua real identidade, sendo as primeiras a não aceitarem a denominação de tia, estabelecendo a verdadeira relação que se deve ter entre educador e educando, não sendo esta uma relação de parentesco, e sim de competência pedagógica adquirida com formação acadêmica sólida. Somente assim os descasos existentes em relação à profissão, serão deixados de lado e as professoras serão devidamente reconhecidas e valorizadas na docência.

Palavras chave: Relações de gênero. Identidade Profissional. Papel de tia. Papel da professora. Valorização docente.

* Mariana Borges Martins, graduanda do curso de Pedagogia. Email: mariana.martins@alunos.unis.edu.br

**Doutora em Ciências Sociais. Professora do Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS/MG). Email: terezinha.richartz@unis.edu.br

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre a valorização da identidade profissional docente vêm aumentando significativamente, nos últimos tempos, diante de um quadro de falta de visibilidade e de reconhecimento social do professor, especialmente dos que trabalham com a Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Segundo dados publicados pela Folha de São Paulo, estudantes que escolhem fazer o Curso de Pedagogia, tem desempenho abaixo da média no Enem e no Enade. Este é um dos dados que explicam a baixa qualidade na educação brasileira (FRAGA, 2019). No entanto, o foco de tais discussões está na maneira como a profissão docente na educação básica se constitui, com as imposições culturais e sociais da sociedade patriarcal, a ponto de se tornar uma profissão pouco desejada. As identidades, tanto de homens quanto de mulheres, isto é, ao longo da história homens e mulheres tiveram seus comportamentos determinados pela sociedade patriarcal, colocando as mulheres em uma posição inferior frente ao homem, tanto no âmbito familiar, quanto no profissional. Assim o objetivo deste artigo é discutir o real papel do docente, bem como a valorização de sua identidade profissional, além de apontar as causas que influenciaram na utilização da ideia de tia no lugar de professora, fazendo com que as funções maternas fossem confundidas com a função docente.

Acredita-se que, pelo fato de os homens serem vistos pela sociedade patriarcal como autoritários, durões e os encarregados pelo sustento financeiro e material da família, enquanto as mulheres eram as responsáveis por desenvolver funções maternas e domésticas, sendo submissas a eles, quando elas assumem o novo papel social na sociedade, seu papel maternal passa a ser confundido com o da professora, dado que as funções maternas, antes desenvolvidas no âmbito doméstico, precisariam ser exercidas também no mercado de trabalho.

Neste contexto, o presente trabalho procura responder a seguinte questão: o “papel de tia” dentro das escolas foi construído através de influências culturais, históricas e ideológicas, minimizando a docência enquanto profissão, interferindo na identidade profissional docente?

Através de estudos bibliográficos, supõe-se que a baixa procura pelo curso de Pedagogia por alunos com escores mais altos no Enem, tem relação direta com a falta de reconhecimento que o docente da educação básica tem no Brasil. Já a falta de visibilidade social do professor tem relação direta com a confusão sócio-cultural feita com o papel de tia versus professora. Acredita-se no esclarecimento de que só é possível a desconstrução do papel de tia dentro das escolas,

quando as professoras deixarem de lado o conformismo com as imposições culturais feitas acerca da mulher enquanto educadora. Sendo importante a reflexão sobre essa transformação da professora em tia, bem como a necessidade de desconstrução do “papel de tia” da professora, atividade que vai muito além que uma simples nomenclatura.

2 A MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL

Os comportamentos tanto das mulheres quanto dos homens foram difundidos a partir de uma construção social ao longo dos seis ou sete milênios da história da humanidade, determinando, por conseguinte, a estruturação dos gêneros, seja no mercado de trabalho ou na família. “É neste período que começa o patriarcado e com ele a divisão social do trabalho e a hierarquização das funções, dando maior poder aos homens.” (RICHARTZ, 2007, p. 29).

No que refere ao gênero, os autores Praça e Souza-Leite (2017) afirmam que a constituição desse não está associada apenas a questões biológicas do indivíduo, mediante suas preferências e valores individuais, mas sim por meio de uma constituição sociocultural, ou seja, o gênero homem ou o gênero mulher se formam a partir de sua submissão às condições que a cultura e a própria sociedade lhes impõem.

As mulheres, desde crianças, tinham um ensino diferenciado dos homens, onde alguns conteúdos eram considerados sem validade para elas. Isso fez com que, futuramente, somente os homens pudessem se destacar no espaço público, enquanto as mulheres permaneceriam submissas aos seus maridos, dentro de suas casas. Aos homens, por sua vez, caberia a responsabilidade financeira de sua família e as mulheres, obrigatoriamente, tinham que realizar os trabalhos domésticos e cuidar dos seus filhos. Com isso, além dos conteúdos, determinados comportamentos eram vistos como pertinentes e esperados dos meninos, ao passo que não eram aceitáveis nas meninas, como por exemplo, a agressividade.

Os comportamentos ensinados às mulheres eram os considerados pertinentes a elas, tais como ser delicada e dócil, ter cuidado, carinho e afeto com o outro, enquanto aos homens lhes era ensinado desenvolver sua masculinidade, ou seja, esses deveriam ser durões, fortes e sensatos.

Por ser mulher, estou atravessada por determinantes culturais que impõem um modelo de feminilidade no qual a mulher, se quer ser feminina (e não ser tachada de ‘machorra’ ou ‘fálica’), deve ser submissa, obediente, passiva, agradável, dizer sempre sim, mesmo que não esteja de acordo, sorrir, calar e nem sequer perguntar. (FERNÁNDEZ, 1994, p. 76).

Rigorosamente falando, as mulheres podiam apenas desenvolver as tarefas do lar e sua função maternal, encontrando sua felicidade e realização dentro de sua família, além de aceitarem tudo o que lhes era imposto sem nem questionar, deveriam também ser sustentadas pelo sexo oposto, ao passo que os homens possuíam autonomia, podendo optarem primeiro lugar por um trabalho remunerado no espaço público. Isto é, tanto os homens quanto as mulheres tiveram seus comportamentos difundidos em torno das imposições sociais pela sociedade patriarcal.

Verifica-se, portanto, diante disso que as diferenças entre homens e mulheres não se restringem apenas às diferenças físicas (genitália, mamilos) existentes entre eles, vai muito além disso, fazendo com que as mulheres estivessem, durante a maior parte da história da humanidade, em uma posição inferior frente ao homem, o que contribui, seja direta ou indiretamente, com os preconceitos para com elas.

“A inferioridade feminina é delineada pelos estereótipos remetidos às mulheres, visto que esses condizem com aspectos alheios ao poderio político e econômico, às lideranças. Todavia, esses estereótipos manifestam-se como instrumentos do preconceito.” (CHIES, 2010, p. 511).

Os preconceitos para com as mulheres sempre estiveram presentes na sociedade patriarcal, a qual as colocava em uma posição inferior aos homens, e esta posição se faz presente ainda nos dias de hoje, em sua vida em social. Tais preconceitos encontram-se injetados na sociedade, uma vez que as mulheres ainda são julgadas em algumas ocasiões tais como posicionar-se criticamente frente a questões de sua própria cultura e até mesmo experimentar novas situações, fazendo-se se presentes tanto no âmbito familiar quanto no profissional. Vide violência contra a mulher pelos próprios companheiros. Muitos cidadãos acreditam que a mulher merece ser agredida, quando não aceita às imposições culturais.

Não obstante, o preconceito em relação às mulheres, no que se refere ao âmbito profissional, terá início, de acordo com Viana (2002), a partir de transformações demográficas, sociais, culturais e políticas do país que ocasionaram o aumento das mulheres no magistério, sendo tal contexto impulsionado por alguns fatores, entre eles: oferta de vagas nos cursos de ensino primário em cidades de grande porte, determinismo biológico, reprodução de estereótipos por parte das escolas, péssimas condições de trabalho, baixos salários, entre outros.

Conforme Santos (2017), aproximadamente a partir do século XIX, quando as mulheres passam a ter a chance de assumir um novo papel social na sociedade, isto é, tem a chance de atuar também na esfera pública, elas precisam desenvolver também na esfera pública, a função

maternal antes desenvolvida em seus lares, o que fez com que sua única oportunidade fosse ocupar as salas de aulas. Antes ocupadas apenas pelos homens, as salas de aulas passam então a contar com a presença das mulheres, já que elas eram as mais competentes para cuidar das crianças e lhes dar carinho, sobretudo das alunas meninas, enquanto as mães precisavam sair de casa para trabalhar, o que deixa claro que elas tinham seus comportamentos estereotipados pela sociedade patriarcal.

Assim, ao assumirem um novo papel social na sociedade, as mulheres não querem deixar seus filhos com indivíduos autoritários e que lhes transmitissem medo, ou melhor dizendo, os homens tidos pela sociedade patriarcal como autoritários, não serão mais as melhores pessoas a cuidar das crianças, o que faz com que eles deixem as salas de aula e as mulheres delicadas e amorosas façam parte desse novo mercado de trabalho emergente. Logo, ao saírem de casa para trabalhar, as mulheres já têm os estereótipos criados pela sociedade acerca da posição que deveriam ocupar no mercado, visto que não poderão mais se dedicar à educação de seus filhos, precisando assim deixá-los na escola.

O fato de a sociedade patriarcal atribuir à mulher uma dupla jornada, ou seja, as funções de mãe e esposa e, ao mesmo tempo, as responsabilidades das tarefas domésticas, juntamente com seu ingresso no mercado de trabalho, mais especificamente, na profissão docente, ocasionando na saída dos homens da docência em busca de uma profissão com mais prestígio social, fez com que culturalmente existisse uma sobrecarga atribuída às mulheres, em consequência da junção do trabalho formal mais o doméstico.

Em vista disso, pode-se dizer que as mudanças ocorridas na história feminina, ao longo de sua vida em sociedade, implicam em pontos positivos, mas também em pontos negativos, tanto em sua vida pessoal quanto na vida profissional, pois o acúmulo de tarefas na vida feminina pode ser, ao mesmo tempo, considerado um avanço e um sofrimento para as mulheres, as quais precisam dar conta das funções que lhes foram impostas pela sociedade patriarcal.

Segundo os autores Vasconcelos e Andrade (2004), os papéis de mãe e de professora foram neutralizados historicamente, não sendo, entretanto, naturais. Esses papéis foram conferidos à mulher, historicamente, bem como o papel de cuidar dos filhos.

Com efeito, as mulheres se veem na obrigação de dar conta de seus alunos em sala de aula, juntamente com as tarefas domésticas, o marido e os filhos, o que ocasiona em muitas cobranças que podem fazer com que elas, mesmo desejando estar nessa posição, acabem sofrendo

por não conseguirem conciliar tudo. Como resultado, tem-se um aumento das mulheres na composição docente, substituindo os homens que foram buscar profissões mais rentáveis.

2.1 A mulher professora

O fato de as mulheres estarem associadas à função de cuidadoras, sendo esta vista como uma característica natural delas, faz com que sejam vistas como boas mães e, conseqüentemente, também como boas professoras. Melhor dizendo, as mulheres estão atreladas ao dom natural de cuidar e educar as crianças, todavia, a docência deveria ser ocupada por elas como uma forma de missão e até mesmo vocação natural, conforme impunha a sociedade patriarcal.

“O ‘dom natural’ da maternidade, sob um rápido ajuste, daria origem a qualidades docentes adequadas; assim, por ser boa mãe, boa professora, ou naturalmente professora, ela seria. O amor e a doação que se espera de uma mãe-professora seriam articulados [...]” (DAMETTO; ESQUINSANI, 2015, p.150).

Nas palavras da autora Alicia Fernández:

[...] ao considerar o ‘cuidado’ das crianças e sua educação como inerentes à ‘natureza’ feminina, o trabalho docente passa por um esvaziamento. Tal situação o transforma em uma atividade não me-diatizada, (sic) não criativa, não rentável, não produtiva e até invisível, como uma extensão do trabalho doméstico. (FERNÁNDEZ, 1994, p. 68).

Por terem sido impostos às mulheres ao longo de sua vida em sociedade alguns atributos, como por exemplo, a função de mãe juntamente com a função de professora, fez com que sua identidade profissional viesse a ser confundida com a maternal. Deste modo, mesmo que não venha a ser uma mãe biológica, a professora busca entrar em uma sala de aula e resolver todos os problemas e necessidades de seus alunos, acreditando que tem, no desempenho de sua função, essa obrigatoriedade.

Porém, o âmbito educativo não deve ser considerado uma extensão do doméstico, a fim de que a imagem da professora não seja identificada como de uma mãe, já que tal situação muitas das vezes lhes causa como consequência a angústia, uma vez que nem sempre as necessidades de seus alunos estão em seu alcance para serem atendidas, por exemplo, o fato de existirem pais desempregados, pais que vão levar seus filhos na escola alcoolizados, pais que brigam e batem

em seus filhos, entre outros, sendo que essas situações não dependem apenas da professora para solucioná-las.

Além do mais, diante dos papéis assumidos historicamente pelas mulheres na sociedade, a mulher-professora passa a ter que estabelecer, assim como as mulheres mães, uma relação de afetividade com seus alunos no ambiente escolar, tornando-se concomitantemente as encarregadas pela formação moral das crianças, o que faz com que seja criado um pseudo-parentesco frente à mulher-professora com seus alunos, onde elas passam a ser denominadas de tias pelos educandos, a fim de facilitar essa relação entre eles, tornando-se uma armadilha ideológica em sua vida profissional. “O que a professora não pode permitir é que a afetividade interfira no exercício de sua autoridade, impedindo-a de praticar, adequadamente, seu ministério¹.” (SANTOS, 2015, p. 10).

“Cabe a nós, profissionais da Educação, outorgar à nossa tarefa o caráter de profissão prestigiada por si mesma, e não como extensão da tarefa materna, já que, deste modo, perverte-se tanto o papel materno como o docente.” (FERNÁNDEZ, 1994, p. 85).

Em suma, para que, de fato, a escola não seja vista como uma extensão da casa do aluno, e a professora seja vista em sua real função, é necessário, primeiramente, que elas próprias se sintam orgulhosas de sua profissão, reconheçam-se como profissionais qualificadas e capacitadas para assumir seu cargo, considerem seus próprios questionamentos e deem ouvidos as suas manifestações, deixando de lado o conformismo para com as imposições culturais feitas acerca da mulher enquanto educadora.

2.2 O papel de tia dentro das escolas

As professoras passam a ser consideradas como “tias”, o que é possível dizer em um primeiro momento, que as mães foram as principais influenciadoras de seus filhos para que tivessem suas professoras como tias, dado que, ao saírem de casa para trabalhar, desejavam que seus filhos ficassem com professoras que lhes tratassem da mesma maneira como eram tratados em casa, ou seja, com afetividade.

¹ Quando uma professora adquire competências é possível que ela compreenda que o magistério não é simplesmente uma vocação ou até mesmo um chamado às mulheres, percebendo que essa é uma profissão que necessita de graduação, capacitação, dedicação, empenho e espírito de classe, concomitantemente, saberá qual a melhor maneira de demonstrar aos seus alunos que seu papel é o de educadora. (BRUSCHINI; AMADO, 1988 apud SANTOS, 2015)

À vista disso, observa-se uma inversão dos papéis sociais, tanto da professora em si, quanto da tia, dado que ser professora refere-se a uma profissão, enquanto ser tia é estabelecer uma relação familiar, de parentesco. “[...] as diferenças entre tia e professora são fáceis de identificar; que para ensinar é preciso haver competências específicas à profissão, ao passo que ser tia é apenas uma relação de parentesco.” (SANTOS, 2015, p. 7).

Nas palavras de Paulo Freire “A tarefa de ensinar é uma tarefa profissional que, no entanto, exige amorosidade, criatividade, competência científica, mas recusa a estreiteza científicista que exige a capacidade de brigar pela liberdade sem a qual a própria tarefa fenece.” (FREIRE, 1993, p. 10).

Entretanto, pode-se dizer que o papel maternal da mulher também dentro das escolas acaba sendo construído por influências sociais, culturais e ideológicas, fatores esses que nem sempre são considerados, mas possuem fortes influências no tratamento que os professores recebem de seus alunos.

Acreditar que a designação de tia é uma forma de aproximação entre professora e aluno é não compreender o verdadeiro sentido da Educação, concomitantemente, não reconhecendo que traz muito mais pontos negativos para um aluno do que pontos positivos.

A aproximação entre professora e aluno é conquistada através do diálogo entre eles, do respeito mútuo, das práticas, conhecimentos, valores, testemunhos e até mesmo da denominação pelo próprio nome e não por uma pseudo-relação de parentesco criada por eles, podendo assim até se tornar exemplo para seus alunos, formando-os indivíduos também conscientes, capazes de modificar a realidade e fazer história².

Professoras não possuem nenhuma relação de parentesco com seus alunos, a relação estabelecida entre eles, em sala de aula, deve ser referente ao processo de ensino-aprendizagem, pois como afirma Paulo Freire (1993) o ato de ensinar não transforma a professora em tia de seus alunos nem tampouco uma tia qualquer se converte em professora de seus sobrinhos.

[...] a escola não é uma extensão da casa do aluno e o hábito de permitir e, até mesmo incentivar a criança a chamar a professora de tia, pode levar o aluno a formar conceitos

² “[...] reconhecer a importância de nossa tarefa não significa pensar que ela é a mais importante entre todas. Significa reconhecer que ela é fundamental. Algo mais: indispensável à vida social. Eu não posso, porém, formar-me para a docência apenas porque não houve outra chance para mim, menos ainda, somente porque, enquanto me ‘preparo’, espero um casamento. Com estas motivações que sugerem mais ou menos o perfil que faço da prática educativa, fico nela como quem passa uma chuva. Daí que, na maioria dos casos, possivelmente, não veja por que deva lutar.” (FREIRE, 1993, p. 48).

equivocados sobre o papel que a professora e a escola têm em sua vida e a não compreender a relação ideal que deve haver entre educador e educando. (SANTOS, 2015, p.3).

As escolas que permitem que suas professoras sejam tratadas como tias, e as profissionais que aceitam esse tipo de nomenclatura, não tem consciência de que isso é um erro, pois a escola deve ser vista como uma instituição e as professoras, como profissionais e não como parentes.

De acordo com Apolinário (2020), algumas escolas adotam e permitem o tratamento de professoras pelas crianças por “tias”, o que é um erro enorme, visto que poderá trazer algumas consequências não só para o aluno, mas também para a professora. Entre essas consequências, o autor afirma que é possível vir a prejudicar o desenvolvimento da maturidade dos alunos, a criar um vínculo entre professora e aluno, o que não contribui em nada com o ensino-aprendizagem, além de fazer com que as educadoras percam a referência do nome e do seu valor como pessoa.

A partir do momento que os alunos adotam a transformação do papel da professora em tia, isso faz com que a afetividade sobressaia na relação entre professora e aluno, afetando seu processo de aprendizagem, conseqüentemente, a verdadeira relação que se deve estabelecer entre educador e educando. Ou seja, o papel da professora de ensinar acaba ficando em segundo plano, para que ela tenha mais afetividade com seus alunos.

Recusar a identificação da figura do *professor* com a da *tia* não significa, de modo algum, diminuir ou menosprezar a figura da *tia*, da mesma forma como aceitar a identificação não traduz nenhuma valorização à *tia*. Significa, pelo contrário, retirar algo fundamental à *professora*: sua responsabilidade profissional de que faz parte a exigência política por sua formação permanente. (FREIRE, 1993, p.11, grifo do autor).

Acredita-se também que devido à desvalorização da docência enquanto profissão feminina, a tendência é que as professoras acabem por aprovar a denominação de tia, visto que, ser denominada de tia é uma forma de neutralizar os descasos existentes em relação a essa profissão, em que as educadoras criam indiretamente, a partir dessa nomeação, uma maneira de se sentirem valorizadas como profissionais.

Os autores Monteiro e Ribeiro (2019) afirmam que a presença feminina na atuação com as crianças evidencia que as funções maternas se confundem com as funções da professora. E frente à inferioridade que a mulher esteve historicamente na sociedade, essa foi transpassada também para a docência. Deixando claro que as questões de gênero se fazem presentes na prática docente, repetindo a função da mulher gendrada culturalmente.

Então, em decorrência da visão preestabelecida culturalmente para com as mulheres na sociedade patriarcal, a qual as colocou em uma posição inferior, fez com que esse contexto perpassasse inclusive para as questões ligadas à profissão.

Deixa claro que para muitos professores ser tia é um consolo, uma compensação pelo desprestígio profissional que a carreira docente vem enfrentando. Ser tia vem compensar tanto as carências afetivas das crianças e as dos professores, pois para muitas sendo tias, se realizam como profissionais. (KRAMER, 2002 apud MONTEIRO; RIBEIRO, 2019, p.106).

No entanto, ser chamada de tia é como uma consolação diante de tanto rebaixamento para com os docentes, os quais se encontram cada vez mais conformados com essa situação e desacreditando no poder de sua profissão. “Identificar *professora* com *tia*, o que foi e vem sendo ainda enfatizado, [...] é quase como proclamar que *professoras*, como boas *tias*, não devem brigar, não devem rebelar-se, não devem fazer greve [...]” (FREIRE, 1993, p. 11, grifo do autor).

Segundo o autor Apolinário (2020), os profissionais da Educação precisam se colocar de maneira mais firme e se valorizar frente às autoridades, aos seus alunos, à sociedade e até diante de si mesmos.

Professoras vistas como verdadeiras profissionais tem o direito de se manifestar, de lutar pelos seus ideais, já professoras “tias” apenas aceitam tudo o que lhes é imposto profissionalmente. Além disso, acreditar que “tia” não é um ato falho. Transmite a ideia de que nada entendem sobre o que, de fato, vem a ser a Educação. “[...] Não é por outra razão que insisto tanto em Professor sim, tia não, na necessidade de criarmos, em nossa prática docente, entre outras, a virtude da coerência [...]” (FREIRE, 2018, p. 107).

Assim sendo, o estereótipo para com as professoras, em relação à denominação dessas de tias por seus alunos deve ser quebrado, pois professoras devem ter seu verdadeiro reconhecimento como educadoras, como uma profissional da educação não só possuidor de deveres, mas também de direitos.

É preciso gritar alto que, ao lado de sua atuação no sindicato, a formação científica das professoras, iluminada por sua clareza política, sua capacidade, seu gosto de saber mais, sua curiosidade sempre desperta são dos melhores instrumentos políticos na defesa de seus interesses e de seus direitos. (FREIRE, 1993, p. 15).

Reduzir uma professora à condição de tia pode ser considerado uma armadilha ideológica na tentativa de se adocicar a vida de professora, ao invés de amaciar sua capacidade de luta, ou

até mesmo amenizar o exercício das tarefas fundamentais. Professoras são importantes e tem uma tarefa relevante na sociedade, não devendo permitir serem denominadas de tias, para que assim sejam devidamente reconhecidas em sua profissão, e suas constantes lutas sejam valorizadas pela sociedade em geral.

3 IDENTIDADE DE GÊNERO VERSUS IDENTIDADE PROFISSIONAL

O gênero não está diretamente associado à questão biológica dos indivíduos, melhor dizendo, ao se apropriar do que defende Beauvoir (1970), ninguém nasce mulher, mas sim se torna mulher, o que acontece, em consequência, de sua submissão às condições que a cultura e a própria sociedade lhe impõem. Logo, o gênero mulher ou gênero homem se dá por meio de uma constituição sociocultural juntamente com os valores e interesses individuais de cada ser humano.

Diante disso, pode-se dizer que as identidades de gênero também irão se constituir a partir das relações estabelecidas pelos indivíduos no meio em que estão inseridos, bem como pela sua cultura, ou seja, por seus valores e interesses.

Segundo Lima et al (2017), as identidades de gênero são produzidas simplesmente a partir da socialização dos indivíduos, no decorrer de sua existência, fazendo parte de sua vida assim como seus interesses e escolhas profissionais, os quais, inclusive, são realizados no processo de apoderamento cultural.

As diferenciações entre as identidades de gênero, por conseguinte, as discriminações entre os gêneros em si, resultam exclusivamente das influências dos papéis sociais, digo, dos estereótipos de gênero, construídos social e culturalmente para com eles, limitando-os a enxergarem suas verdadeiras capacidades e a acreditarem que tem potencialidades para alcançar seus objetivos, bem como ocupar qualquer profissão que desejem, sem que tenham que cumprir, no mercado de trabalho, o que a sociedade espera deles, ou seja, as mulheres sendo subordinadas e os homens sendo autoritários.

Além disso, ao longo da história foram impostas cultural e socialmente identidades às mulheres e aos homens, tanto de gênero quanto identidades profissionais, fazendo com que ambos assumissem a mesma profissão no mercado de trabalho, mas com diferentes identidades. Deste modo, “forçosamente” as mulheres eram destinadas aos cargos de subordinação, enquanto os homens àqueles cargos de maior poder na sociedade.

A autora Maia (2009) afirma que, pelo ponto de vista psicossocial, a estruturação da identidade se insere no interjogo de reconhecimento que resulta das relações sociais.

Posto isso, acredita-se que a identidade dos indivíduos se define a partir dos papéis sociais que esses realizam, bem como pela forma com que são reconhecidos pelos outros. Por conseguinte, pode-se dizer que as professoras tenham sua identidade influenciada pelas diferentes variáveis presentes nos meios em que estão inseridas, ou seja, por sua cultura familiar, história pessoal e expectativas sociais, as imposições acerca de sua função profissional, além das próprias condições de trabalho.

“[...] as identidades profissionais são diferentes entre os gêneros, até mesmo em uma mesma profissão, então poderíamos inferir que homens e mulheres apresentam papéis sociais amplos, determinados e, de certa maneira, universais na sociedade [...]” (CHIES, 2010, p. 509).

Deste modo, mesmo que as mulheres viessem a ocupar profissões consideradas masculinas, sua força de trabalho não teria o mesmo valor, conseqüentemente, seu salário seria inferior, por exemplo.³

A identidade profissional, por sua vez, não está ligada meramente às funções sociais de uma profissão em si, vai muito além disso. Essa está relacionada ao que se espera de um profissional quando ele atua em uma área ou, melhor dizendo, a identidade profissional refere-se ao que se almeja de um profissional com base na identidade de sua esfera de atuação. Por exemplo, quando uma mulher assume o cargo de professora, espera-se que ela atue com carinho, delicadeza e paciência dentro de uma sala de aula, ou seja, a própria profissão exige e deseja que para ocupar essa função, a mulher naturalmente já tenha essas competências. Logo, a identidade profissional torna-se uma junção entre as experiências individuais e as condições sociais da profissão.

“Em termos gerais, podemos definir identidade profissional por questões envolvidas ‘ao que se espera de um profissional’, mas não confundam com simplesmente a função social de determinado profissional.” (CHIES, 2010, p. 522).

Pressupõe-se que a identidade profissional, configura-se, não somente pelo que se espera do profissional de cada gênero em sua atuação, mas também pelas expectativas em relação a função social daquela profissão, expressa por suas vivências e experiências.

³ Segundo dados divulgados pelo DIEESE, mulheres ganham 22% menos do que os homens no País (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2020).

Para a autora Selma Garrido Pimenta:

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação profissional social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque preces e saberes válidos às necessidades da realidade. [...]. Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor. Confere à atividade docente no seu cotidiano, a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o professor. (1999, p.19).

Nesse caso, acredita-se que as professoras tenham sua identidade profissional configurada por meio de uma reflexão crítica acerca de suas práticas, bem como da integração com outros professores e alunos, o que acarreta na formação de uma identidade, através de um processo contínuo e não inalterável, sendo influenciado pelas políticas, legislações, ou até mesmo pelo seu local de atuação.

Isto exige de mim uma reflexão crítica permanente sobre minha prática, através da qual vou fazendo a avaliação do meu próprio fazer com os educandos. [...] É que o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo. (FREIRE, 2018, p. 63).

Porém, nem sempre as professoras conseguem firmar sua identidade profissional ou até mesmo criar uma identidade coerente com sua formação, dado que não se dedicam exclusivamente aos trabalhos pedagógicos seja com outros professores ou com os próprios alunos, o que acontece por se tornarem mediadoras e até mesmo as principais responsáveis por solucionar questões distantes do pedagógico, como por exemplo, auxiliar criança com dor de barriga, realizar encaminhamentos médicos, ficar responsável pela chave de armário que não seja o seu, mas de uso geral, entre outros.

Diante de tal situação, a qual ocasiona em uma mistura de funções dentro da instituição, conseqüentemente, as professoras também perdem, por sua vez, sua identidade, já que essa é construída dentro do contexto.

[...] a concepção acadêmica sobre a identidade do pedagogo foi transformada, mas as estruturas administrativas escolares permaneceram quase intactas. O resultado disso é uma precarização do trabalho do pedagogo, que passa a assumir praticamente todas as demandas que envolvem alunos e professores nas escolas. (POOLI; FERREIRA, 2017, p. 32).

Muitas vezes, dentro do ambiente escolar, um pedagogo precisa deixar de lado sua real identidade, a qual é definida na visão acadêmica pelo binômio de ensino/aprendizagem e também pela produção de conhecimentos, para assumir responsabilidades e desenvolver determinadas tarefas que não lhe cabem de fato. Isto é, frente às demandas burocráticas que desencadeiam em seu dia a dia, ele não desenvolve seu trabalho de forma consistente e enfrenta muitos desafios colocados em sua rotina pelo sistema. Com isso, o pedagogo acaba por perder sua autonomia e se torna um cumpridor de tarefas.

Desta maneira, gera-se uma frustração em relação a sua profissão por não poder expressar suas preferências, em decorrência de uma nova identidade que lhe é imposta. Identidade essa que faz com que o professor seja desvalorizado socialmente, no exercício de suas tarefas cotidianas, e, os gestores sejam beneficiários de tal situação dentro das instituições, por acabarem repassando suas responsabilidades aos professores. “ [...] essa situação torna-se muito favorável aos gestores do sistema que deixam de se preocupar com a multiplicidade de funções necessárias ao cotidiano da escola, defendendo a ideia de que um só servidor poderá assumir todas essas funções.”(POOLI; FERREIRA, 2017, p. 32).

Todavia, a identidade é resultante da construção do sujeito, ao longo de sua história de vida pessoal e profissional. Além disso, apesar das transformações ocorridas na sociedade, as quais provocaram a quebra de estereótipos criados socialmente a respeito das identidades de gênero e profissional, ainda hoje essas se encontram sendo afetadas por diferentes fatores sociais e culturais, fazendo com que determinados profissionais, principalmente, as professoras, enfrentem a inquietação entre o que pensam sobre si e a forma que esperam e desejam ser vistas pelos outros na sociedade.

4 CONCLUSÃO

Essa pesquisa visou discutir a importância do real papel do docente e a valorização da sua identidade profissional, bem como estabelecer a diferença do papel social entre tia e professora, fazendo com que fosse utilizada a ideia de tia no lugar de professora, dentro das escolas, interferindo na identidade profissional da docente, sendo esta afetada ainda hoje por estereótipos criados socialmente.

Diante do que foi exposto, conclui-se que homens e mulheres tiveram seus comportamentos difundidos em torno das imposições sociais e culturais da sociedade patriarcal,

onde as mulheres foram colocadas em posição inferior ao homem, tanto no âmbito familiar quanto no profissional, resultando em preconceitos para com elas, baixos salários e falta de visibilidade.

A partir do momento em que as mulheres passam a desempenhar um novo papel na sociedade e as funções de cuidado são impostas a ela como naturais, a função maternal das mulheres, antes desenvolvida somente na esfera doméstica, passou a ser desempenhada também na esfera pública, o que fez com que tais funções fossem confundidas com a real função da professora, que é trabalhar com o ensino/aprendizagem.

Com isso as professoras passam a serem denominadas de tia por seus alunos, havendo uma inversão de papéis tanto da professora, quanto da tia, dado que ser professora é profissão e tia remete-se à ideia de parentesco.

Acreditar que a designação de tia é uma forma de aproximação entre professora e aluno, é não compreender o verdadeiro sentido da Educação, pelo contrário, é uma forma de neutralizar os descasos existentes em relação a essa profissão, a qual também é dotada de direitos e deveres.

Para ser professora é preciso formação universitária, portanto, o profissional necessita ter a consciência de que sua identidade profissional é construída por meio de muito estudo e também, através de suas experiências e vivências, e não simplesmente por imposições culturais, históricas e sociais.

Assim, faz-se necessário dizer não aos aspectos históricos, culturais e sociais que fizeram com as professoras fossem vistas como tia. Somente será possível a desconstrução do papel de tia, se as próprias professoras forem as primeiras a não aceitarem ser chamadas de tia, impondo sua real identidade e trabalhando a ideia de serem chamadas pelo seu nome, estabelecendo assim a verdadeira relação que se deve ter entre educador e educando, não sendo uma relação de parentesco, portanto, deixando de lado seu anonimato e lutando pelo reconhecimento profissional.

**THE DECONSTRUCTION OF THE TIA'S ROLE TO VALUE THE TEACHING
PROFESSION**

ABSTRACT

Currently, teachers are facing a constant struggle in search of recognition of their profession due to the existence of some obstacles that they face daily, mainly with regard to the transformation of their real role as a teacher into the role of aunt, which justifies the devaluation of your professional identity. Women and men had their behaviors determined by the cultural and social impositions of patriarchal society, which has always placed women in a lower position compared to men, whether in the family or professional sphere. However, the impositions of patriarchal society on women are still present in his life, even today, reflecting on school routine. Therefore, the objective of this article is to discuss the importance of understanding the real role of the teacher, as well as the valuation of his professional identity, in addition to pointing out the causes that influenced the use of the idea of aunt instead of teacher, which made maternal functions were confused with the teaching function. The methodology used is the bibliographic study based on scientific articles and books, considering renowned authors in the field. The results show that it is up to the teachers to impose their real identity, being the first to not accept the denomination of aunt, establishing the true relationship that one should have between educator and student, this being not a kinship relationship, but of acquired pedagogical competence. with solid academic background. Only then will the existing neglect in relation to the profession, from low wages to the lack of social visibility of this professional, be left aside and teachers will be properly recognized and valued in teaching.

Keywords: *Gender relations. Professional Identity. Aunt's role. Teacher role. Teacher valuation.*

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Maurício. **Professora “Tia”**: um ato falho na escola. 2020. Disponível em: <<https://meurtigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/professora-tia-um-ato-falho-na-escola.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507-528, mai./ago. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/13.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Mulheres ganham 22% menos do que os homens no País, revela DIEESE**. 2020. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/mulheres-ganham-22-menos-do-que-os-homens-no-pais-revela-dieese-e98d>>. Acesso em: 08 set. 2020.

DAMETTO, Jarbas; ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Mãe, mulher... professora! questões de gênero e trabalho docente na agenda educacional contemporânea. **Acta Scientiarum: Humanand Social Sciences**, Maringá, v. 37, n. 2, p. 149-155, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3073/307343306003.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

FERNANDEZ, Alícia. **A Mulher escondida na professora**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. Disponível em:

<http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/attach/67625841/alicia_fernandez_-_a_mulher_escondida_na_professora.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

FRAGA, Erica. Candidatos a professor têm notas abaixo da média do país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 dez. 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/candidatos-a-professor-tem-notas-abaixo-da-media-do-pais.shtml>>. Acesso em: 21 set. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia saberes necessários à pratica educativa**. 57. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Professora sim tia não, cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d' Água, 1993.

LIMA, Flaviane Izidro Alves de et al. A influência da construção de papéis sociais de gênero na escolha profissional. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 33-50, jan./jun. 2017. Disponível em: <

<https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10818/7004>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

MAIA, Helenice. Ser professora: feminização e desvalorização do magistério. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 35-54, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/7777/47966551>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Atuação do pedagogo e as questões de gênero e identidade na educação infantil. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 93-112, jan./jun. 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/viewFile/12771/8359>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

NUNES, Célia Maria Fernandes. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. XXII, n. 74, p. 27-42, abr, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a03v2274.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. A professora e a construção do conhecimento sobre o ensino. **Caderno Pesquisa**, São Paulo, n. 92, p. 5-15, fev. 1995. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/854/861>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 15 a 34.

POOLI, João Paulo; FERREIRA, Valéria Milena Rohrich. Pedagogos construindo suas identidades: entre adscrição e escolhas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 1, p. 19-37, jun. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe.1/0104-4060-er-01-00019.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

PRAÇA, Marco; SOUZA-LEITE, Célia Regina Vieira de. A relação profissão e gênero, a sociedade e sua cultura. **Revista Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 50-64, 2017. Disponível em: <<http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/332/228>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

RESENDE, Rui; CARVALHO, Mário et al. Identidade profissional docente: influência do conhecimento profissional. In: QUEIRÓS, Paula Maria Leite; BATISTA, Paula; ROLIM, Ramiro José. **Formação inicial de professores: reflexão e investigação da prática profissional**. Porto: FADEUP, 2014. p. 1 a 14.

RICHARTZ, Terezinha. Gênero e patriarcado: da dominação-exploração às pequenas conquistas. In: _____. **Cotas e autonomia: paradoxos da implementação da lei de cotas para cargos no legislativo paulista nos partidos PT, PSDB E PFL**. 294 f. 2007. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. cap. 2, p. 26-60. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20360_arquivo.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2019.

SANTOS, Humberto Corrêa. Professora não é tia, professora é educadora. **Estação Científica**, Juiz de Fora, n. 13, pp.1-15, jan./jun. 2015.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo. O empoderamento das mulheres-professoras no espaço da educação através da feminização do magistério. **Educação, Cultura e Sociedade**, Mato Grosso, v. 7, n. 1, p. 89-103, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/view/2588/1919>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

VASCONCELOS, Fábio; ANDRADE, Maria Celeste de Moura. A mulher professora: gênero e constituição da identidade docente. **ANPED**, [S.l.], n. 23, p. 1-15. 2004. Disponível em: <<https://anped.org.br/sites/default/files/t234.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

VIANNA, Claudia Pereira. O sexo e o gênero na docência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p.81-103. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2020.